



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
SEGUNDA CÂMARA**

**Processo nº** 10920.003231/2002-17  
**Recurso nº** 135.446 Voluntário  
**Matéria** IPI  
**Acórdão nº** 202-18.494  
**Sessão de** 22 de novembro de 2007  
**Recorrente** CIA. INDUSTRIAL H. CARLOS SCHNEIDER  
**Recorrida** DRJ em Santa Maria - RS

**MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
CONFERE COM O ORIGINAL**  
Brasília, 28 / 01 / 2008  
Sueli Tolentino Mendes da Cruz  
Mat. Sape 91751

Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI

Exercício: 2002

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. MATÉRIA NÃO IMPUGNADA. PRECLUSÃO.

Torna-se definitiva decisão não especificamente impugnada, por força da preclusão.

Recurso não conhecido.

**MF - Segundo Conselho de Contribuintes  
Publicado no Diário Oficial da União  
do 01 / 03 / 09**

Rubrica

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

**ACORDAM os Membros da SEGUNDA CÂMARA do SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso.**

ANTONIO CARLOS ATULIM  
Presidente

GUSTAVO KELLY ALENCAR  
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Maria Cristina Roza da Costa, Nadja Rodrigues Romero, Antonio Zomer, Antônio Lisboa Cardoso e Maria Teresa Martínez López.

Ausente ocasionalmente o Conselheiro Ivan Allegretti (Suplente).

Brasília, 28 / 03 / 2008

CC02/C02  
Fls. 2

Sueli Tolentino Mendes da Cruz  
Mat. Suape 91751

## Relatório

"O estabelecimento acima identificado formulou, em 12/12/2002, a Declaração de Compensação – Dcomp de fl. 1, referente a débitos de Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins, período de apuração 01/11/2002 a 30/11/2002, com vistas à sua extinção pela via da compensação com créditos originados de sentença judicial proferida nos autos da ação declaratória n.º 89.00.13622-4, que tramitou na 1ª Vara Federal de Porto Alegre, transitada em julgado em 4 de junho de 1996. Fundamentado no art. 17 da Instrução Normativa SRF nº 21, de 10 de março de 1997, e no art. 1º do Decreto nº 20.910, de 6 de janeiro de 1931, a DRF de jurisdição considerou vedada a compensação declarada pelo interessado, vez que, ainda não tendo transitado em julgado a execução judicial, haveria possibilidade de aproveitamento em duplidade do crédito, fazendo-se necessária formal desistência do processo judicial, o que não foi comprovado nos autos.

1.1 Além disso, sucessiva e alternativamente, a DRF argumentou que, em não havendo qualquer relação de interdependência entre o cedente do crédito e o ora requerente, a ação judicial não abrigaria a utilização do crédito na forma por este pretendida. Com base nesses fundamentos, a DRF não homologou as compensações declaradas, tudo conforme Despacho Decisório das fls. 54.

2. Regularmente intimado da decisão (A.R. na fl. 59) e dela discordando, o requerente apresentou manifestação de inconformidade, nas fls. 61 a 75, subscrita por procurador devidamente habilitado nos autos (instrumento de mandato nas fls. 93) e instruída com os documentos das fls. 114 a 128, tecendo as razões adiante sintetizadas.

2.1 Em sede de preliminar, procura afirmar a competência da DRJ-Porto Alegre para julgar o feito. Ainda, argumenta que o art. 23 da Instrução Normativa SRF nº 210, de 2002, é inaplicável ao caso, por não haver diferenças apuradas em relação aos valores informados em DCTF. Pugna pela aplicação do art. 22, caput, do mesmo ato normativo. Em seguida, pede para sua Manifestação de Inconformidade os efeitos previstos pelo PAF para as impugnações, em especial, o de suspender a exigibilidade dos débitos, alegando inaplicável a disposição do art. 22, parágrafo único, da IN-SRF nº 210, de 2002, que teria sido materialmente revogada pela Medida Provisória nº 75, de 24 de outubro de 2002.

2.2 No mérito, refuta o óbice do art. 37 da IN-SRF nº 210, de 2002, dizendo ter desistido da execução judicial, conforme documentos apensos.

2.3 Explica que a cessão do crédito transforma o cessionário em titular do crédito, de acordo com o art. 286 do Código Civil, sendo vedado ao devedor opor-se ao mesmo, exigindo-se, apenas, a sua ciência. Segundo a Defesa, 'A dívida existe, e terá que ser liquidada, ou através

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
CONFERE COM O ORIGINAL

Processo n.º 10920.003231/2002-17  
Acórdão n.º 202-18.494

Brasília, 28 / 01 / 2008

Sueli Terezinha Mendes da Cruz  
Mat. Núpc. 91751

CC02/002

Fls. 3

*de precatório, ou da compensação com tributos e contribuições federais'. Resguardada a autonomia do direito tributário, lembra que o art. 109 do CTN habilita a utilização dos institutos do direito privado para perquirição do alcance dos seus institutos, conceitos e formas no âmbito do direito tributário.*

*2.4 Repisa a normatização da compensação de débitos de tributos e contribuição administrados pela então Secretaria da Receita Federal, para esboçar as seguintes conclusões:*

*a) que, em momento algum, a legislação menciona a compensação de tributos, utilizando-se créditos de terceiros, tampouco a cessão de créditos tributários;*

*b) que a IN-SRF n.º 21, de 1997, ao admitir a compensação de débitos próprios com créditos de terceiros, teria apenas operacionalizado o que não pôde ser vetado pela legislação tributária, e;*

*c) que, mesmo que se admitisse a validade das instruções normativas que se sucederam à IN-SRF nº 21, de 1997, e que revogaram a liberalidade, a operação efetivada pelo requerente não se refere a procedimento administrativo de transferência de créditos para terceiros, mas de cessão de direitos, sucedida de procedimento administrativo de compensação de débitos próprios;*

*2.5 Por último, requer a reforma do despacho decisório, para que se reconheça a legitimidade da compensação efetuada, com sua consequente homologação."*

Remetidos os autos à DRJ em Santa Maria - RS, foi a manifestação de inconformidade não conhecida, sendo aplicada a chamada renúncia à esfera administrativa, face à concomitância de objeto entre a medida judicial impetrada e o presente pedido administrativo.

Inconformada, recorre a interessada alegando que não deve ser aplicado o art. 23 da IN SRF 210/02; que houve a desistência definitiva da execução fiscal (sic) por parte da recorrente; que teve o direito ao crédito reconhecido na esfera judicial; que tem direito à compensação de créditos e, por fim, que a cessão de crédito transforma o cessionário em titular do crédito. Conclui defendendo a aplicabilidade dos institutos do direito civil ao direito tributário e discorrendo sobre o direito à compensação em si.

É o Relatório.

Brasília, 28 / 01 / 2008

**Voto**

Sueli Tolentino Mendes da Cruz  
Mat. Sape 91751

Conselheiro GUSTAVO KELLY ALENCAR, Relator

Verifico que a contribuinte nada fala, em seu recurso, acerca da renúncia administrativa aplicada pela DRJ, tornando assim definitiva a mesma no presente processo, por força da preclusão.

Assim, não conheço do recurso, por tratar de matéria estranha à lide.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 2007.

GUSTAVO KELLY ALENCAR